

**AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.661 - DF (2019/0355686-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AUTOR** : BANCO BMG SA  
**ADVOGADOS** : RICARDO LOPES GODOY - MG077167  
VINICIUS BARROS REZENDE - RJ106790  
**RÉU** : MACHADO & VIEIRA ADVOGADOS

**DECISÃO**

Cuida-se de **ação rescisória**, com pedido de tutela provisória de urgência, ajuizada por BANCO BMG S.A, com fundamento no art. 966, V, do Código de Processo Civil/2015, objetivando rescindir acórdão proferido pela e. Terceira Turma, nos autos do Recurso Especial n.º 1.691.359/MT, assim ementado:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. 1. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. EXPRESSÃO "DEFINITIVAMENTE JULGADA" QUE SE REFERE AO JULGAMENTO DE PRIMEIRO GRAU. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO TEM EFEITO SUSPENSIVO. SÚMULA 83/STJ. 2. REQUERIMENTO DA PARTE AGRAVADA DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 4º DO ART. 1.021 DO CPC/2015. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Conforme entendimento desta Corte, "rejeitada a exceção de incompetência, mesmo que interposto recurso, não é necessário que o juízo onde proposta a ação promova intimação do réu para apresentar contestação pelo prazo remanescente" (AgRg no REsp 1.461.297/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015). Súmula 83 do STJ.

2. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, a condenação do agravante ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese examinada.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

**Ação originária:** MACHADO & VIEIRA ADVOGADOS ajuizou, em face do ora autor, ação ordinária de cobrança de honorários advocatícios c/c indenização por

perdas e danos em razão de serviços prestados em favor da casa bancária os quais foram, segundo aponta a inicial, inadimplidos. Após citação, o réu, no prazo de defesa, apresentou exceção de incompetência.

**Sentença:** proferida em 01/12/2015, após reconhecer a revelia do réu, aplicou o comando do art. 330 do CPC/73 e, por conseguinte, julgou parcialmente procedente o pedido inicial - de modo a rejeitar o pleito de reparação em perdas e danos - a fim de "(...) *condenar a parte requerida ao pagamento da quantia de R\$ 5.543.517,87 (cinco milhões e quinhentos e quarenta e três mil e quinhentos e dezessete reais e oitenta e sete centavos), acrescidos de correção monetária pelo INCP/IBGE, a partir da data do ajuizamento da ação (24.08.2011) e juros de mora de 1% ao mês, desde a citação (fls. 1.874 - 14.02.2012)*"

**Acórdão:** interposto recurso de apelação pelo réu, o eg. Tribunal de origem, por maioria de votos, negou-lhe provimento, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - PARCIAL PROCEDÊNCIA - REVELIA DECLARADA - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - SUSPENSÃO DO FEITO - JULGAMENTO DEFINITIVO - DECISÃO QUE REJEITA A EXCEÇÃO PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU - RETOMADA DO CURSO DA AÇÃO - DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO ESPECÍFICA DO REQUERIDO PARA CONTESTAÇÃO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

A suspensão do processo principal se encerra com a decisão de rejeição da exceção de incompetência proferida em primeiro grau.

Para a fruição do restante do prazo de contestação, suspenso pela apresentação de exceção de incompetência, não é necessário que o juízo, onde proposta a ação, promova a intimação do réu para apresentar defesa pelo interregno remanescente, se a parte inclusive recorreu de decisão que rejeitou a execução. (sic)"

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

**Recurso Especial:** apresentado pela casa bancária e fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, alegou violação dos artigos 265, III e 306 do CPC/73. Afirmou, em resumo, que "(...) *havendo rejeição da exceção de incompetência, o processo fica suspenso até que o incidente seja definitivamente julgado, ou seja, até o trânsito em julgado da decisão que reconhece ou não a incompetência do juízo, razão pela qual não poderia ser decretada a sua revelia.*" Outrossim, disse que "(...) *a sentença deve ser anulada ante a ausência de intimação do insurgente para a apresentar contestação.*"

**Decisão monocrática:** após aplicar o enunciado da Súmula 83/STJ, o e. Relator originário, Min. Marco Aurélio Bellizze, negou provimento ao apelo nobre.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

Interposto agravo interno, a eg. Terceira Turma, por unanimidade de votos, negou-lhe provimento, nos termos da ementa supramencionada. Inconformada, a casa bancária apresentou recurso extraordinário, oportunidade em que a e. Min. Maria Theresa de Assis Moura, em comando monocrático, negou-lhe provimento, *decisum* mantido em sede de agravo interno pela eg. Corte Especial. (fls. 2495/2499). Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados às fls. 2547/2551.

**Trânsito em julgado:** 26/08/2019. (fl. 2556)

**Na ação rescisória, ajuizada pelo Banco BMG S/A** e fundamentada no art. 966, V e VIII, do NCPC sustentam os autores, em síntese: **i)** "(...) o juízo de piso, ao fundamentar a decretação da revelia, o fez com base na certidão de decurso de prazo emitida em 02/10/2014 pelo escrivão da 9ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá/MT. A referida certidão, contudo, foi emitida quando o processo encontrava-se suspenso por força do julgamento dos embargos de declaração opostos em face da decisão proferida na exceção de incompetência."; **ii)** "(...) Assim, tendo sido a decisão rescindenda fundamentada em um ato inexistente (decurso de prazo para contestação e consequente decretação de revelia e aplicação de seus efeitos), sobre o qual não houve pronunciamento judicial a respeito, por ausência de controvérsia, configurado está o erro de fato suficiente para sua desconstituição, segundo prescreve a norma do art. 966, VIII, §1º do CPC/15."; **iii)** "(...) No caso em tela, não obstante a violação literal da norma do artigo 306 e 265, III, ambos do CPC/73, no qual há determinação expressa da suspensão do processo principal até o julgamento definitivo da exceção de incompetência, a interpretação restritiva promovida na mencionada norma foi em confronto com as garantias constitucionais do devido processo legal, bem como aos princípios norteadores do Código de Processo Civil."; **iv)** "(...) o acórdão rescindendo deu interpretação à norma do artigo 306 do CPC/73, contrário ao exposto dispositivo legal que trata de julgamento definitivo, que por sua vez, só pode estar atrelado ao conceito de imutabilidade - trânsito em julgado."; **v)** "(...) o descumprimento de tal medida implicou, ainda, na violação direta ao princípio da isonomia previsto na norma do artigo 125, do CPC/73, atual artigo 7, do CPC/15, no qual o Magistrado tem o dever específico de zelar pela paridade de armas, assim como pelo contraditório efetivo, e não meramente formal."

Pede, assim, a procedência do pedido rescisório a fim de "(...) rescindir o

*acórdão da 3ª Turma, proferido no Resp 1.691.359/MT, e como consequência, a sentença de primeira instância e respectivas decisões do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, declarando nulo o processo desde a data do despacho que determinou a certificação de decurso de prazo da contestação, assegurando ao réu, ora autor, o direito de apresentação de defesa e a prática de todos os atos processuais daí decorrentes, mediante a devida intimação."*

Requer, em caráter liminar, "(...) a concessão da tutela de urgência, notadamente para que seja imediatamente suspenso o cumprimento de sentença do processo n.º 30558-63.2011.8.11.0041, até decisão transitada em julgado da presente ação com pedido rescisório." (fls. 3/56)

Guia de depósito (art. 968, II, do CPC/2015) apresentada por meio da petição n.º 798790/2019.

É o relatório.

**Decide-se.**

O pedido de tutela de urgência **não comporta** deferimento.

**1.** Nos termos do art. **969** do NCPC, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou do acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, em casos **excepcionais** e sob os pressupostos previstos em lei, de medida de natureza cautelar ou antecipatória de tutela.

Nesse contexto, a concessão de tutela antecipada, que objetiva a suspensão dos efeitos da decisão rescindenda, exige o necessário preenchimento dos requisitos autorizadores previstos no art. 300 c/c o art. 969 do CPC/2015 (art. 273 c/c o art. 489 do CPC/1973), os quais, por sua vez, demandam aplicação restrita, excepcional e específica, em virtude da presunção de legitimidade das decisões judiciais e da necessidade de preservação da coisa julgada, corolários do princípio da **segurança jurídica**.

Com efeito, a concessão da tutela antecipada em sede de ação rescisória está condicionada à presença cumulada dos requisitos autorizadores da medida extrema, que se traduzem no *fumus boni iuris* e no *periculum in mora*, de modo que somente pode ser deferida quando ficarem demonstrados, **no caso concreto**, a probabilidade do direito alegado e a presença do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, **pressupostos** que podem ensejar a procedência do pedido veiculado na ação rescisória. Nessa linha de entendimento, confira-se o seguinte julgado proferido pela eg. **Corte Especial**:

PROCESSUAL CIVIL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA.

AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. INDEFERIMENTO.

**I - O pedido de tutela antecipada ou de liminar em ação rescisória deve ser examinado com especial cautela diante da necessidade de se conservar a autoridade da coisa julgada, somente devendo ser concedida a medida em casos excepcionais em que a verossimilhança da alegação seja patente e houver sério risco de irreversibilidade do dano oriundo da execução da decisão rescindenda, nos termos do art. 969 do Código de Processo Civil de 2015.**

II - No caso concreto, não foi demonstrada, ao menos nesse momento processual, a existência de fundado receio de dano grave de incerta ou difícil reparação, não sendo a averbação da homologação da sentença estrangeira que anulou o casamento entre as partes no registro civil das pessoas naturais, razão suficiente à configuração da urgência.

III - Ademais, o pedido não se encontra adequadamente instruído, o que também inviabiliza a antecipação de seus efeitos jurídicos. Não foram juntadas aos autos as decisões estrangeiras referentes à ação de divórcio em trâmite na 11ª Circunscrição Judiciária do Condado de Miami Dade, Flórida, e a ação rescisória de sentença e revelia em trâmite no Tribunal do Distrito do Condado de Clark, Nevada, todas oriundas dos Estados Unidos da América.

IV - Esclareça-se, por fim, que a eficácia de documentos estrangeiros eventualmente juntados aos autos exige a chancela da autoridade consular brasileira e a tradução por profissional juramentado no Brasil.

V - Agravo interno improvido.

AgInt na AR 6.224/DF, Rel. Min. **FRANCISCO FALCÃO**, CORTE ESPECIAL, julgado em 15/8/2018, DJe 28/8/2018. (grifos nossos)

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO UNIPESSOAL QUE INDEFERIU O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PERSEGUIDA EM AÇÃO RESCISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. É admissível a concessão de antecipação de tutela no bojo de ação rescisória, desde que devidamente evidenciado, por meio de prova inequívoca, a verossimilhança do direito invocado e a presença de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; fato inexistente na espécie, pelo menos a um juízo perfunctório da causa.

2. Agravo regimental improvido.

AgRg na AR 5.650/RJ, Rel. Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/02/2016, DJe 02/03/2016.

**E ainda:** AgRg na AR 4.741/SC, Rel. Min. **Gilson Dipp**, DJe 10/10/2011; AgRg na AR 3586/RS, Rel. Min. **Castro Filho**, Segunda Seção, julgado em 22/11/2006, DJ 07/12/2006; AgRg na AR n.º 18746/SP, Rel. Min. **Luis Felipe Salomão**, DJe de 15/03/2013.

Com esse norte hermenêutico, **na hipótese dos autos**, não obstante os argumentos delineados pela casa bancária, **não restou demonstrada**, ao menos nesse

momento processual, a presença concomitante dos requisitos supramencionados, quais sejam, a **probabilidade do direito invocado** e a existência de fundado receio de dano grave de incerta ou difícil reparação.

Observa-se que, na perspectiva do autor, o julgado rescindendo viola manifestamente norma jurídica, cabendo destacar, nesse ponto, que o pedido rescisório fundamenta-se no art. 966, V, do CPC/15.

**Nesse contexto**, cede que a viabilidade da ação rescisória, lastreada no supramencionado dispositivo, pressupõe a demonstração de violação direta, explícita e inequívoca de norma jurídica. Evidencia-se, portanto, na hipótese vertente, que, objetivando resguardar o instituto da intangibilidade da coisa julgada e, por conseguinte, o princípio da segurança jurídica, o art. 966 do CPC enumera as estritas hipóteses de cabimento da ação rescisória, procedimento de natureza **excepcional** que visa à desconstituição de decisão transitada em julgado. Com a mesma exegese, ao realizar comentários acerca de tal dispositivo, **Flávio Luiz Yarshell** afirma que *“Quando este fala em violação a 'literal' disposição de lei, em primeiro lugar, há que se entender que está, aí, reafirmado o caráter excepcional da ação rescisória, que não se presta simplesmente a corrigir injustiça da decisão, tampouco se revelando simples abertura de uma nova instância recursal”* (In. Ação Rescisória: Juízos Rescidente e Rescisório p. 323). Na mesma linha de pensamento, lecionam **Nelson Nery Junior** e **Rosa Maria de Andrade Nery**, que a ação rescisória é mecanismo de **exceção** no sistema jurídico, *“porque seu objetivo é apagar do mundo jurídico a decisão acobertada pela autoridade da coisa julgada, em aparente ofensa à CF 5º, XXXVI. Sendo instrumento de exceção, não pode ser utilizado indiscriminadamente bem ampliativamente, fora dos casos expressos e enunciados em numerus clausus pelo CPC.”* (In. Comentários ao Código de Processo Civil Novo CPC - Lei 13.105/2015, Revista dos Tribunais, 2015, p. 1919).

**Concretamente**, o acórdão proferido nos autos do Recurso Especial n.º 1.691.359/MT, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze (Dje de 28/11/2018) - a qual se pretende rescindir - negou provimento ao apelo nobre tecendo fundamentação coerente à hipótese, com base em precedentes desta eg. Corte Superior, pertinentes ao caso, no sentido de que: **i) “a iterativa jurisprudência do STJ entende que a melhor interpretação a ser conferida ao art. 306 do Código de Processo Civil de 1973, quanto à expressão legal “definitivamente julgada”, é de que esta se refere ao julgamento de primeiro grau de jurisdição na exceção de incompetência.”** Nessa linha de compreensão, confira-se: REsp 848.954/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/04/2007, DJ 14/05/2007, p. 263; AgRg no REsp 1.461.297/MG, Rel. Ministro JOÃO

OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015; **ii**) "(...) a decisão recorrida se mostra em sintonia com entendimento deste Tribunal, incidindo a Súmula 83/STJ a obstar o provimento do recurso, tanto pela alínea a quanto pela c do permissivo constitucional."

A propósito, na mesma linha de pensamento adotado pelo e. Relator, veja-se: AgRg no REsp 1291194/SP, Rel. Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 25/02/2013; AgRg no AREsp 1.390.797/MS, **desta Relatoria**, DJe de 03/09/2019; AgRg no REsp 1546167/SP, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 29/08/2016; AgRg no REsp 973.961/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/5/2011, DJe de 1º/6/2011; AgRg no Ag 1017619/DF, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe 15/12/2008; REsp 931.134/MA, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/03/2009, DJe 03/04/2009, este último assim ementado:

PROCESSO CIVIL. APROVEITAMENTO DE ATOS PROCESSUAIS COM PREJUÍZO DA PARTE. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA SUSCITADA E PROCESSADA COMO SE RELATIVA FOSSE. ART. 306 DO CPC. EXTENSÃO DO EFEITO SUSPENSIVO DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA RELATIVA À EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. CONVERSÃO EM RETIDO APÓS A INTERPOSIÇÃO DE APELAÇÃO. DESCABIMENTO DA CONVERSÃO.

(...)

- A expressão 'definitivamente julgada' contida no art. 306 do CPC deve ser entendida como uma referência ao julgamento do juiz de 1º grau de jurisdição na exceção de incompetência, porquanto o agravo de instrumento não tem efeito suspensivo automático. Precedentes.

(...)

Recurso especial não provido.

REsp 931.134/MA, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, DJe de 3/4/2009.

Dessa forma, em que pese a presente deliberação esteja sendo expedida em sede de um juízo sumário de cognição, consoante se observa do cotejo entre o *decisum* rescindendo e os argumentos ora apresentados, é prudente gizar que o presente instrumento processual não pode se traduzir em **mera** tentativa de reverter a conclusão do julgamento firmado pelo e. Min. Relator originário, revestindo a pretensão ora aduzida na indevida função de **sucedâneo recursal**, porquanto a rescisória não tem por finalidade a revisão do julgado primitivo apenas em razão do manifesto inconformismo da casa bancária.

Na verdade, a deliberação ora questionada, ao que se depreende até o momento, enfrentou e solucionou de maneira suficiente e adequada a controvérsia, de modo a negar provimento ao apelo nobre, mantendo-se, por conseguinte, a condenação imposta pelas instâncias ordinárias ao autor da presente rescisória, valendo destacar, por oportuno, que em face de tal comando judicial foram interpostos, no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça, 5 (cinco) recursos com o desiderato de reformar a conclusão adotada pela eg. Turma julgadora, por unanimidade de votos (fls. 2321/2327, 2359/2365, 2399/2418, 2459/2467, 2504/2509, dos autos principais), circunstância a revelar, em juízo de cognição sumária, o intuito de conferir ao presente instrumento destinação de sucedâneo recursal o que, como visto, é vedado por nosso sistema processual. (*ut.* AR 3751 / PR, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 08/04/2019).

Nesse sentido, confira-se: **EDcl na AR 5.553/SP**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 1/6/2015; **AR 4.176/PR**, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 1/7/2015; **AR 4.000/DF**, Rel. Ministro Gurgel de Faria, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 2/10/2015; **AgRg na AR 3.867/PE**, Rel. Ministro Marco Buzzi, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19/11/2014; **AgRg na AR 5.159/RS**, Rel. Ministra Nancy Andrighi, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 19/8/2014.

**2.** A exegese explicativa deste Superior Tribunal de Justiça em relação ao art. 966, VIII do NCPC/2015, traduz entendimento, aplicado à espécie, de se afastar o erro de fato quando a decisão impugnada apenas contraria as pretensões do autor. Nesse sentido, a título exemplificativo, registra-se os seguintes precedentes: AR 3652/RS, Relator Ministro **Massami Uyeda**, DJe de 20/02/2011; AR 4401/RJ, Relator Ministro **Humberto Martins**, DJe de 17/06/2017; AgRg na AR 3822/RS, Relator Ministro **Sidnei Beneti**, DJe de 10/03/2011; AR 3045/SP, Relator Ministro **Paulo de Tarso Sanseverino**, DJe de 16/06/2015.

**Destaca-se, por oportuno**, que a tese central discutida no caso diz respeito, consoante expressamente indicado pela exordial, à necessidade ou não de nova intimação no processo principal após a rejeição da exceção de incompetência.

Salienta-se que esse tema restou devidamente discutido, tanto pelas instâncias ordinárias quanto pelo v. acórdão ora hostilizado e embora a conclusão tenha sido desfavorável ao ora autor, isso não leva, inexoravelmente, à conclusão de que esteja apto ao acolhimento do pleito rescisório.

No mesmo sentido, aponta **Barbosa Moreira** que:

Quatro pressupostos hão de concorrer para que o erro de fato dê causa à rescindibilidade: a) que a sentença nele seja fundada, isto é, que sem ele a



conclusão do juiz houvesse de ser diferente; b) que o erro seja apurável mediante o simples exame dos documentos e mais peças dos autos, não se admitindo de modo algum, na rescisória, a produção de quaisquer outras provas tendentes a demonstrar que não existia o fato admitido pelo juiz, ou que ocorrera o fato por ele considerado inexistente; c) que 'não tenha havido controvérsia' sobre o fato (§ 2º); d) que sobre ele tampouco tenha havido 'pronunciamento judicial' (§ 2º).

Comentários ao Código de Processo Civil. Volume V - Arts. 476 a 565, 11ª ed., Ed. Forense, págs. 148/149.

É certo, assim, que o relator do acórdão neste STJ, e. Min. **Marco Aurélio Bellizze**, ciente da controvérsia, manifestou-se, consoante jurisprudência desta eg. Corte de Justiça, no sentido de negar provimento ao apelo nobre, mantendo-se, portanto, a condenação imposta pelas instâncias ordinárias em desfavor da casa bancária.

Dessa forma, não há se falar em ocorrência de **erro de fato** porquanto a questão subjacente aos presentes autos foi objeto de ampla controvérsia entre as partes, bem como de manifestação judicial nas instâncias ordinárias e deste Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, registra-se: AR 4.277/DF, Rel. Min. **Luiz Fux**, DJe 10/09/201; AgInt no AREsp 1333043/RS, Rel. Min. **Nancy Andrighi**, DJe de 15/05/2019; AgRg no REsp 945.986/RS, Relator Ministro **Luis Felipe Salomão**, DJe 10/04/2012; REsp 169603, Rel. Min. **Ari Pargendler**, DJ de 11/06/2001; AR 847, Rel. Min. **Waldemar Zveiter**, DJ de 12/03/2001; AgRg na AR 3.100/MT, Rel. Min. **Aldir Passarinho Júnior**, DJe 11/09/2008; AR 366/SP, Rel. Min. **Fernando Gonçalves**, DJ de 17/12/2007; Resp 8830/SP, Relator Ministro **Garcia Vieira**, DJU 24/2/1992.

Ausente, portanto, o requisito da **probabilidade** do direito invocado na presente rescisória, torna-se despicienda a análise acerca de eventual perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, pois, como já referido, a concessão da medida demanda a presença simultânea dos dois requisitos, nos exatos termos dos artigos 300 e 969, ambos do CPC/2015.

**2.** Ante o exposto, **indefiro** o pedido de tutela de urgência ora formulado.

Cite-se o réu para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa, nos termos do art. 970 do CPC/2015.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator